

# **Orientações de Trabalho sobre a Lista de Árbitros da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau**

Tendo em conta que existem três sistemas jurídicos diferentes (Interior da China, Hong Kong e Macau) na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e que o modelo, o sistema e o desenvolvimento da arbitragem nessas três regiões são diferentes, o presente documento enumera as Orientações de Trabalho sobre a Lista de Árbitros da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau que tinham sido aprovadas na Reunião Conjunta dos Departamentos Jurídicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (adiante designada por “Reunião Conjunta”), a fim de servir de referência aos departamentos jurídicos das três regiões.

## **I. Requisitos de recomendação**

Os árbitros podem ser recomendados para serem incluídos na lista de árbitros da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, desde que preencham os seguintes requisitos:

1) Defendam a Constituição da República Popular da China, a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China e a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China;

2) Tenham bom comportamento deontológico, sem registo de sanção por má reputação ou por violação de deontologia profissional;

3) Sejam incluídos na lista de árbitros pelas instituições de arbitragem de duas regiões, entre as quais se incluem o Interior da China, Hong Kong ou Macau;

4) Possuam, cumulativamente, mais de cinco anos de experiência profissional no exercício de funções de árbitro;

5) Tenham desempenhado, cumulativamente, funções de árbitro em pelo menos cinco casos de arbitragem e elaborado decisões arbitrais, entre os quais, pelo menos três casos de arbitragem interjurisdicional;

6) Dominem perfeitamente o mandarim (ou cantonês) e, pelo menos, uma língua diferente do chinês.

A Reunião Conjunta pode aceitar a dispensa de um ou mais dos requisitos previstos nas alíneas 3) a 6) do número anterior, conforme a situação real do

recomendado.

Em conjugação com a situação real local e com base nos requisitos de recomendação unificados acima referidos, os departamentos jurídicos das três regiões podem introduzir mais requisitos de recomendação, e notificando à Reunião Conjunta.

## **II. Processo da recomendação para inclusão na lista**

1) A instituição de arbitragem pode apresentar, por escrito, ao departamento jurídico onde se encontra essa instituição, a lista inicial acompanhada do motivo de recomendação e de dispensa, tendo em conta os requisitos de recomendação previstos nas presentes orientações, e em conjugação com a sua situação real;

2) Os departamentos jurídicos das três regiões procedem à revisão sobre a lista inicial e o motivo de recomendação e de dispensa, a fim de criar uma lista de revisão que se sujeita ao reconhecimento da Reunião Conjunta;

3) A Reunião Conjunta procede ao estudo e reconhecimento da lista de revisão, o que se torna numa Lista de Árbitros da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (doravante designada por “Lista de Árbitros”) que seja publicada, respectivamente, no mesmo dia pelos departamentos jurídicos das três regiões.

## **III. Uso da Lista de Árbitros**

1) A Lista de Árbitros reveste-se de carácter de recomendação que serve apenas de referência ao interessado;

2) Sob o cumprimento dos seus procedimentos e regulamentos internos, a instituição de arbitragem na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau pode, por iniciativa própria, escolher a forma de publicar a Lista de Árbitros, prestando assistência e orientações necessárias ao interessado na designação dos árbitros incluídos na lista. Sempre que as regras de arbitragem aplicáveis ao caso o permitam, o interessado pode designar os árbitros a partir da Lista de Árbitros;

3) Ao departamento jurídico onde se encontra a instituição de arbitragem na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau é semestralmente apresentada por essa instituição a situação do uso da Lista de Árbitros.

#### **IV. Formação e intercâmbio de árbitros incluídos na lista**

Prestar apoio aos árbitros incluídos na lista para participarem activamente nas acções de formação atinentes às actividades arbitrais na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, nos seminários e em outras actividades de intercâmbio e cooperação no âmbito das actividades arbitrais, a fim de elevar o nível de conhecimentos e técnicas dos quadros qualificados na área jurídica estrangeira da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

#### **V. Fiscalização e exclusão da lista dos árbitros incluídos**

Os árbitros incluídos na lista que se encontrem numa das seguintes situações são retirados da lista:

- 1) Prática de actos contra a segurança do Estado ou contra o interesse público da sociedade;
- 2) Violação grave das leis, dos diplomas legais, bem como das regras de arbitragem e da deontologia profissional dos árbitros;
- 3) Violação da lei e consequente condenação penal, afastamento da função pública (despedimento), cancelamento da qualificação profissional (licença profissional) ou perda das condições para o exercício de funções em virtude da aplicação da sanção de suspensão do exercício de funções;
- 4) Outras situações em que deve ser concedida a exclusão.

Em termos de fiscalização dos árbitros incluídos na lista, aplica-se o “princípio de quem prestar apoio na designação, quem proceder à fiscalização”, segundo o qual, caso a instituição de arbitragem constata, durante o processo de designação de árbitros incluídos na lista, as situações acima referidas, deve imediatamente prestar apoio na suspensão do uso, e apresentar, no prazo de cinco dias úteis, uma proposta de exclusão, por escrito, ao departamento jurídico onde se encontra essa instituição. Caso a instituição de arbitragem que propõe a inclusão dos árbitros na lista e outras instituições de arbitragem tenham conhecimento das situações em que deve ser concedida a exclusão da lista dos árbitros, devem informar atempadamente o departamento jurídico onde se encontra essa instituição.

Caso seja verificada situação 2), 3) ou 4), após a revisão sobre a proposta de exclusão pelo departamento jurídico onde se encontra essa instituição, a Reunião Conjunta é notificada para tomar decisão de exclusão; caso seja verificada situação

1), o respectivo departamento jurídico pode tomar directamente a decisão de exclusão, e comunica-a à Reunião Conjunta no prazo de três dias úteis a contar da decisão. Após tomada essa decisão, deve ser comunicada aos departamentos jurídicos das três regiões, às instituições de arbitragem e ao excluído.

O excluído pode apresentar, por escrito, a sua reclamação à Reunião Conjunta mediante o seu respectivo departamento jurídico, no prazo de 5 dias úteis a contar da recepção da notificação. Cabe à Reunião Conjunta proceder à revisão dos pareceres e notificar o reclamante.

## **VI. Desistência voluntária do árbitro incluído na lista**

O árbitro incluído na lista que se pretenda retirar voluntariamente da Lista de Árbitros tem de apresentar o pedido de desistência junto da instituição de arbitragem que o tinha proposto. A instituição de arbitragem notifica o árbitro, por escrito, da aceitação da desistência, no prazo de 10 dias úteis a contar da recepção do respectivo requerimento, e comunica-a à Reunião Conjunta mediante o departamento jurídico onde se encontra essa instituição.

## **VII. Gestão da Lista de Árbitros**

1) A Reunião Conjunta deve avaliar e actualizar periodicamente a Lista de Árbitros, podendo classificá-la conforme as especialidades profissionais dos árbitros incluídos na lista.

2) O serviço rotativo da Reunião Conjunta responsabiliza-se pela gestão diária da Lista de Árbitros do ano que inclui, mas não se limita a coordenar o estudo e a avaliação das três regiões quanto à necessidade de actualização da Lista de Árbitros, coordenar as três regiões na publicação no mesmo dia da referida lista, notificar, publicitar a respectiva situação, entre outros.

3) O serviço rotativo da Reunião Conjunta responsabiliza-se por reportar a Reunião Conjunta a utilização anual dos árbitros incluídos na lista, e de acordo com a situação real, pode propor à Reunião Conjunta que proceda à revisão dos requisitos de recomendação dos árbitros da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e das presentes orientações.

## **VIII. Disposições complementares**

Para efeitos das presentes orientações, entende-se por:

1) O termo “elaborado” constante dos “requisitos de recomendação” refere-se às decisões arbitrais elaboradas na qualidade de árbitro único ou sobre as quais foram apresentadas pareceres na qualidade de membro do tribunal arbitral; o termo “decisão” refere-se à decisão final, exceptuando-se as decisões provisórias, intercalares e parciais; a expressão “casos de arbitragem interjurisdicional” refere-se ao caso de arbitragem em que as duas partes em litígio e/ou as matérias em litígio envolvem mais do que uma jurisdição.

2) A expressão “departamento jurídico onde se encontra essa instituição” refere-se ao departamento jurídico, cujo local onde se instalou a sede da instituição de arbitragem.